



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

Parecer nº195/2022 – GGZ.

PROCESSO: 2874/2022

INTERESSADO: CPJR

ASSUNTO: requerimento de parecer acerca do Projeto de Lei nº97/2022.

PARECER JURÍDICO

Senhor Presidente

1. Trata-se de requerimento formulado pela colenda Comissão Permanente de Justiça e Redação, no qual solicita a elaboração de parecer jurídico por esta Procuradoria acerca do Projeto de Lei nº97/2022, de autoria do vereador Bachin Jr., que "Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Santa Bárbara d'Oeste, em 4 de dezembro de cada ano, o dia de Santa Bárbara, padroeira da cidade".

2. **É o breve relatório.**

3. Preliminarmente, importante salientar que a partir do encaminhamento do projeto de lei para parecer jurídico, ocorreu a suspensão de qualquer prazo, em atenção ao previsto no artigo 90, § 4º, do RICMSBO: "§ 4º - Havendo requerimento de consultas a órgãos especializados, ou pareceres técnicos, o trâmite será suspenso até que se culminem os procedimentos necessários." (grifo nosso).



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

4. Com a suspensão não há o que se falar em escoamento de todos os prazos sem emissão de parecer, conforme prevê o "caput", do artigo 44, do RICMSBO, não sendo, portanto, causa para nomeação de Relator Especial.

5. Em relação ao Projeto de Lei ora analisado, podemos perceber que o ilustre vereador proponente busca homenagear a padroeira da cidade, Santa Bárbara, criando no calendário oficial de eventos um dia voltado para sua comemoração.

6. Quanto ao aspecto formal da constitucionalidade do Projeto, os julgados do Poder Judiciário Paulista entendem que, Leis oriundas de membros do Poder Legislativo, cujo interesse seja local e não haja previsão no sentido de a iniciativa ser do Alcaide, não têm o condão de alterar substancialmente a estrutura do Executivo, ainda que ensejem a necessidade de atos administrativos por parte do mesmo, motivo pelo qual se mostram válidas no ordenamento municipal.

7. Assim já se manifestou o TJ/SP em Ações Diretas de Inconstitucionalidade:

I. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei que institui a "Semana de Conscientização sobre a Alienação Parental no Município". II. Inexistência de violação à iniciativa legislativa reservada. O rol de iniciativas legislativas reservadas ao Chefe do Poder Executivo é matéria taxativamente disposta na Constituição Estadual. III. Inocorrência de usurpação de atribuição administrativa do Chefe do Executivo. Norma de caráter geral e abstrato, com o fim de proporcionar à população do município conhecimento sobre a temática, bem como fomentar iniciativas de combate à alienação parental. IV. Inexistência de disposições, na normativa impugnada, que tratem de organização administrativa do Poder Executivo ou gestão de escolas e serviços escolares, questões que deverão ser devidamente regulamentadas pelo Chefe do Poder Executivo para assegurar o cumprimento da norma. Inocorrência de ofensa à regra da separação dos poderes. V. Criação de gastos sem indicação de fonte de custeio. Inconstitucionalidade não caracterizada. Possibilidade de realocação e suplementação



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PROCURADORIA

orçamentária. Fundamento, ademais, que ensejaria, no máximo, a inexecutabilidade da norma no exercício orçamentário em que aprovada. VI. Pedido julgado improcedente.

(TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2235511-51.2017.8.26.0000; Relator (a): Márcio Bartoli; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 09/05/2018; Data de Registro: 10/05/2018)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 4.813/2014, que institui no calendário oficial a "Semana Municipal de Incentivo à Doação de Medula Óssea, a ser realizada anualmente, na semana que compreende os dias 14 e 21 de dezembro e dá outras providências". Ação improcedente. Não ocorrência de vício formal de inconstitucionalidade, por desvio do Poder Legislativo. Sem ofensa ao princípio da separação de poderes. Inconstitucionalidade não configurada. Ação improcedente.

(TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2258036-61.2016.8.26.0000; Relator (a): Péricles Piza; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 20/09/2017; Data de Registro: 09/02/2018)

8. Diante do exposto, manifesta-se pela constitucionalidade do Projeto de Lei.

Este é o parecer.

Santa Bárbara d'Oeste, 01 de julho de 2022.


GUILHERME GULLINO ZAMITH
Procurador da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE
PRESIDÊNCIA

PROCESSO Nº 2874/2022

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

CIENTE. Considerando o Parecer Jurídico nº 195/2022 – GGZ, constante às fls. 08-10, à Diretoria Legislativa para que encaminhe à Comissão Permanente de Justiça e Redação.

Santa Bárbara d'Oeste, 4 de julho de 2022.

JOEL CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (Art. 41 e demais dispositivos da Seção XIV do Regimento Interno)

Ref.: Projeto de Lei nº 97/2022.

Ass.: “Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Santa Bárbara d'Oeste, em 4 de dezembro de cada ano, o dia de Santa Bárbara, padroeira da cidade”.

I - Relatório (Art. 41, § 1º, 1, do Regimento Interno)

1 – O Projeto de Lei nº 97/2022 é de autoria do Ver. Oswaldo Bachin Filho.

2 - Deu entrada na Casa em 13 de maio de 2022.

3 - A matéria: “Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Santa Bárbara d'Oeste, em 4 de dezembro de cada ano, o dia de Santa Bárbara, padroeira da cidade”.

Voto da Relatoria (Art. 41, § 1º, 2 do Regimento Interno)

Parecer favorável.

III - Decisão (Art. 41, § 1º, 3 do Regimento Interno)

Parecer favorável, s.m.j..

Sala de Reuniões da Comissão, em 21 de julho de 2022.

ELIEL MIRANDA
- Membro -

JÚLIO CESAR SANTOS DA SILVA
- Relator -

JOSÉ LUIS FORNASARI
- Presidente -

CÂMARA MUNICIPAL DE
S. BÁRBARA DOESTE

PROTÓCOLO
04319/2022

DATA: 26/07/2022
HORA: 16:24

Diversos Nº 417/2022
Autoria: COMISSÕES PERMANENTES
Assunto: Requer Parecer ao PL nº
97/2022.

Chave: 6A424





Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

(Art. 41 e demais dispositivos da Seção XIV do Regimento Interno)

Ref.: Projeto de Lei nº 97/2022.

Ass.: “Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Santa Bárbara d'Oeste, em 4 de dezembro de cada ano, o dia de Santa Bárbara, padroeira da cidade”.

I - Relatório

(Art. 41, § 1º, 1, do Regimento Interno)

1 – O Projeto de Lei nº 97/2022 é de autoria do Ver. Oswaldo Bachin Filho.

2 - Deu entrada na Casa em 13 de maio de 2022.

3 - A matéria: “Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Santa Bárbara d'Oeste, em 4 de dezembro de cada ano, o dia de Santa Bárbara, padroeira da cidade”.

Voto da Relatoria

(Art. 41, § 1º, 2 do Regimento Interno)

Parecer favorável.

III - Decisão

(Art. 41, § 1º, 3 do Regimento Interno)

Parecer favorável, s.m.j..

Sala de Reuniões da Comissão, em 21 de julho de 2022.

ELTON APARECIDO CEZARETTI
- Membro -

JÚLIO CESAR SANTOS DA SILVA
- Membro -

CARLOS A. P. FONTES
- Membro -

CÂMARA MUNICIPAL DE
S. BÁRBARA DOESTE

DATA: 26/07/2022
HORA: 16:24

Diversos Nº 417/2022
Autoria: COMISSÕES PERMANENTES
Assunto: Requer Parecer ao PL nº
97/2022

Chave: 6A424

PROTOCOLO
04319/2022





Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA

(Art. 41 e demais dispositivos da Seção XIV do Regimento Interno)

Ref.: Projeto de Lei nº 97/2022.

Ass.: “Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Santa Bárbara d'Oeste, em 4 de dezembro de cada ano, o dia de Santa Bárbara, padroeira da cidade”.

I - Relatório

(Art. 41, § 1º, 1, do Regimento Interno)

1 – O Projeto de Lei nº 97/2022 é de autoria do Ver. Oswaldo Bachin Filho.

2 - Deu entrada na Casa em 13 de maio de 2022.

3 - A matéria: “Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Santa Bárbara d'Oeste, em 4 de dezembro de cada ano, o dia de Santa Bárbara, padroeira da cidade”.

Voto da Relatoria

(Art. 41, § 1º, 2 do Regimento Interno)

Parecer favorável.

III - Decisão

(Art. 41, § 1º, 3 do Regimento Interno)

Parecer favorável, s.m.j..

Sala de Reuniões da Comissão, em 21 de julho de 2022.

PAULO MONARO
- Relator -

KÁTIA RENATA DE FREITAS FERRARI
- Membro -

VALMIR ALCÂNTARA DE OLIVEIRA
- Presidente-

CÂMARA MUNICIPAL DE
S. BÁRBARA DOESTE

DATA: 26/07/2022
HORA: 16:24

Diversos Nº 417/2022
Autoria: COMISSÕES PERMANENTES
Assunto: Requer Parecer ao PL nº
97/2022

PROTÓCOLO
04319/2022

Chave: 6A424

